



## RESENHA

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Vilas e cidades da Amazônia:** paisagens, memórias e pertencimentos. 1. ed. Belém: Paka-Tatu, 2021. 160 p.

*Gabriel Carvalho da Silva Leite* – Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: gabrielcarvalholeite16@gmail.com

*Helbert Michel Pampolha de Oliveira* – Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: helbertmichel93@gmail.com

### **Vilas e cidades da Amazônia: retratos da urbanodiversidade de uma região socialmente produzida**

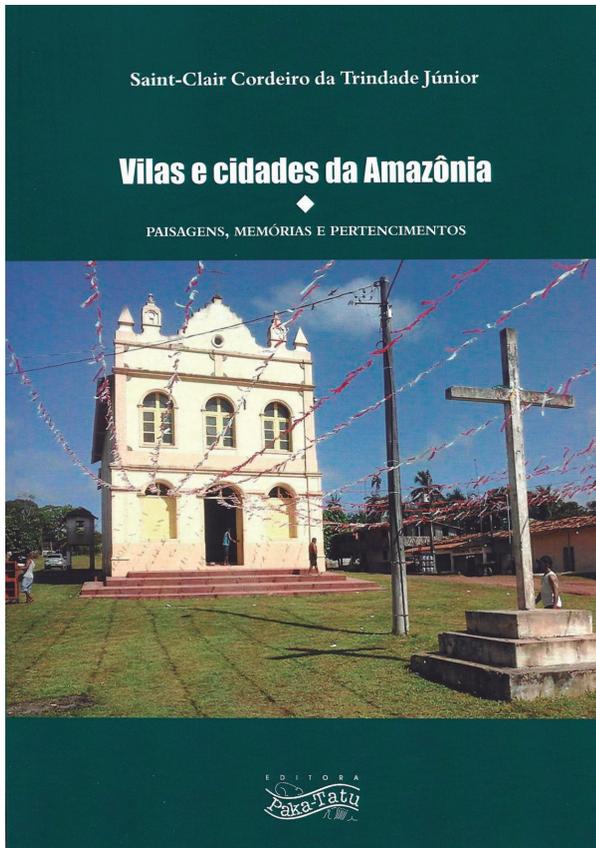
O escritor Italo Calvino dizia que seu fascínio pelo símbolo da cidade vinha do fato de que nele convergiam os dois caminhos distintos pelos quais sempre buscou alcançar a exatidão em sua escrita: o primeiro, o da linguagem formal, de uma racionalidade desincorporada que se move em um espaço mental e reduz os acontecimentos contingentes a esquemas abstratos que buscam captar apenas o essencial; e o segundo caminho, o das línguas naturais, estas comportando sempre uma quantidade de rumor que perturba a essencialidade da informação, porque se movem em um espaço repleto de objetos, um mundo denso e contínuo diante do qual as linguagens formais se revelam lacunares e fragmentárias. A cidade foi o complexo símbolo que melhor permitiu a Calvino (1990a, p. 85) exprimir essa “tensão entre a racionalidade geométrica e o emaranhado das existências humanas”.

Em *Vilas e cidades da Amazônia: paisagens, memórias e pertencimentos* (Figura 1), o mais recente livro do geógrafo e Professor Titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA)<sup>1</sup>, Saint-

<sup>1</sup> Conforme informado em seu currículo na Plataforma Lattes (2021), Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior é licenciado em Geografia (1986), bacharel em Direito (1988), bacharel em Geografia (1989), especialista em Análise Geográfica Aplicada à Amazônia (1987) e mestre

Clair Cordeiro da Trindade Júnior, semelhante tensão dialética se faz presente, embora nesse caso não se trate de cidades fictícias como aquelas descritas por Calvino (1990b) em *As cidades invisíveis*, mas sim de vilas e cidades muito reais, todas elas amazônicas. Por isso, não são propriamente ou tão somente símbolos, mas espaços socialmente produzidos, no sentido multidimensional que o filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre (1974) atribuiu a esse conceito.

Figura 1 – Capa do livro *Vilas e cidades da Amazônia: paisagens, memórias e pertencimentos*, de Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior



Fonte: Elaborada pelos autores, 2021.

em Planejamento do Desenvolvimento (1993) pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutorou-se em Geografia Humana (1998) pela Universidade de São Paulo (USP) e realizou pós-doutorado em Políticas Urbanas (2006-2007) no *Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine* (*Université Paris III/Sorbonne Nouvelle*) e em Geografia Regional (2015-2016) pela USP. Atualmente é Professor Titular do NAEA, líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (GEOURBAM), sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) e pesquisador 1C do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

À compreensão dessas vilas e cidades o autor vem dedicando o seu labor intelectual há mais de três décadas (TRINDADE JÚNIOR, 2016), traduzido em uma obra acadêmica inovadora na proposição de perspectivas teóricas, tipologias com valor heurístico e conceituações científicas que buscam se aproximar da diversidade de uma região historicamente produzida em meio aos encontros e desencontros, contatos e trocas, imposições e resistências, consentimentos e lutas, dominações e libertações, antagonismos e hibridismos entre tudo aquilo que nela se encontra e o que nela chega.

Trata-se de uma diversidade que é biológica (biodiversidade), que é sociocultural (sociodiversidade) e que também é urbana, conforme procura expressar o autor na instigante noção de urbanodiversidade (TRINDADE JÚNIOR, 2010a, 2013), que nos convida a pensar a produção social desigual e diferenciada do espaço e do tempo (LEFEBVRE, 1974; HARVEY, 1996) com ênfase nas formas e nos conteúdos econômicos, políticos e socioculturais que particularizam e que singularizam as formações urbano-regionais amazônicas.

Essa região plural e diversa o leitor também encontrará em *Vilas e cidades da Amazônia...*, mas aqui o registro formal e a abstração dos esquemas teóricos dão lugar a, ou melhor dizendo, se fazem acompanhar de uma linguagem mais próxima da literária, de uma prosa poética mais profusa em figuras de estilo e em descrições de aspectos sensíveis que revelam algo mais da “totalidade do experimentável”, conforme bem expressou Calvino (1990a). “*Corazonar*” é o verbo de que se utiliza Saint-Clair Trindade Júnior para se referir, portanto, a esse “aquecimento” da razão (SANTOS, 2019).

Prefaciado pela socióloga e também Professora Titular do NAEA, Edna Maria Ramos de Castro, o livro conta ainda com uma breve apresentação feita pelo próprio autor e com dezessete capítulos, cada um deles dedicado a uma cidade ou vila da Amazônia, escolhidas criteriosamente de maneira a compor uma seleção qualitativamente representativa da urbanodiversidade presente na região. No decorrer destes capítulos, encontram-se as descrições “das paisagens visíveis e a dos espaços multidimensionais, as oralidades estóricas e as narrativas históricas, o microcosmo da vida cotidiana e o macrouniverso estrutural, o olhar objetivo e as inspirações subjetivas, o familiar e o insólito, o racional e o irracional” (p. 23), a expressar as múltiplas maneiras pelas quais o autor se relaciona com as vilas e cidades retratadas no livro.

Logo no prefácio intitulado “Cidades amazônicas: ícones do espaço-tempo”, a Professora Edna Castro destaca os procedimentos de que se utiliza o autor, em suas incursões, rememorações e (re)interpretações, para revelar, ainda que de forma necessariamente parcial e fragmentária, alguns

aspectos fundamentais da existência contemporânea dessas cidades: as suas particularidades e singularidades; as interações que mantêm com os espaços que lhes são próximos; e a inscrição, na própria produção e representação desses assentamentos humanos, das relações de exploração e de dominação de diversos tipos, dos processos identitários, dos pertencimentos, das resistências e das lutas que marcam a história social da região e que chegam aos nossos dias sob velhas e novas formas.

Em seguida, na apresentação do livro, somos informados pelo próprio autor de suas relações de longa data com as vilas e as cidades da Amazônia, primeiramente mediadas pelas vivências e pelo fascínio que exerciam em uma criança cabocla e ribeirinha, nascida em meio à floresta e às águas, e depois também informadas pelas perspectivas teórico-conceituais que sua formação acadêmica lhe proporcionou, visíveis nas notas de rodapé que, ao longo de todo o livro, referenciam autores e obras que deram suporte às suas percepções e descrições.

É da obra de um desses autores, Henri Lefebvre, que vem a distinção conceitual subjacente a todo o livro: aquela entre o conceito de cidade, referido a uma forma material no espaço, a uma realidade imediata no plano do prático-sensível; e o conceito de urbano, que remete a um conteúdo social, a uma realidade formada de relações e mediações que tendem, virtual ou realmente, a se difundir como modo de vida e a constituir uma sociedade urbana (LEFEBVRE, 1999). Por não se confundirem esses dois conceitos, nas descrições e narrativas contidas no livro o urbano pode aparecer ali onde a natureza originária parece dominar a paisagem e o rural pode surpreender com sua presença no meio construído e artificializado das cidades.

É o que se nota logo no primeiro capítulo do livro, em que a viagem fluvial do autor pelo Baixo Amazonas nos é narrada como um exemplo das novas experiências (pós) modernas do espaço e do tempo (HARVEY, 1992) proporcionadas pelos novos meios de circulação que se fazem presentes nesse “reino de águas”, enquanto que a descrição da cidade ribeirinha de Alenquer (PA), localizada nessa sub-região, enfatiza, para além das redes que hoje a conectam ao mundo, as raízes profundas que fazem dela uma “cidade da floresta”.

Trata-se de uma cidade que, como outras cujas origens remontam a processos pretéritos de urbanização na Amazônia e que foram relativamente menos impactadas pelas frentes de expansão recentes, mantém maiores relações de pertencimento, de enraizamento e de vinculação imediata e orgânica com o meio ecológico, socioeconômico e histórico-cultural da floresta, ainda que não esteja completamente alheia ao atual processo de modernização da sociedade e do território (TRINDADE JÚNIOR, 2013). Essa e outras “cidades *da*

floresta” contrapõem-se, assim, em todas as suas características fundamentais, às “cidades *na* floresta”, estas últimas criadas ou (profundamente) transformadas mais recentemente e cujas interações com o entorno são bem menos multidimensionais, pois embora estejam situadas na região, muitas vezes em meio à floresta amazônica, não se encontram imersas no seu universo sociocultural, conectadas que são, preferencialmente, a contextos econômicos, políticos e culturais extralocais e extrarregionais (TRINDADE JÚNIOR, 2010b).

Tendo em vista essa distinção, o autor não demora a reconhecer, nas embarcações tradicionais aportadas na frente da cidade de Alenquer, nos seus traços arquitetônicos e urbanísticos, nas atividades de comércio e de serviços nela realizadas, e também no acervo cultural incorporado aos saberes e fazeres locais, as composições “híbridas, transversais e multifacetadas” (p. 32) desse antigo aldeamento missionário que, embora tenha conhecido muitas transformações ao longo de séculos de história, não perdeu completamente as características que, na cidade de hoje, ainda resistem e sinalizam para um outro urbanismo e para uma outra urbanidade, ambos de natureza cabocla e voltados para as populações, as práticas e os valores da floresta. Por essa razão, Alenquer não apenas permanece realmente como uma “cidade da floresta”, herança do passado regional, mas também sugere e se projeta potencialmente como uma “cidade *para* a floresta”, um horizonte futuro, possível e alternativo de vida urbana na Amazônia (TRINDADE JÚNIOR, 2021).

De certa forma, o segundo capítulo do livro também aborda a presença de populações tradicionais e originárias da Amazônia em uma cidade dessa região, mas neste caso se trata muito mais de uma relação marcada por perdas e danos, pela violência física e psicológica e pela violação de direitos desses sujeitos. Faz-se referência à presença e, ao mesmo tempo, à “invisibilização” dos indígenas em Altamira (PA), que nos são apresentadas no capítulo a partir de personagens e cenas da ficção e da realidade; ambas se entrecruzando quando a metáfora da “espinha de peixe”, utilizada por uma das mencionadas personagens fictícias para aludir às antenas de TV espalhadas pela cidade, símbolos da difusão de uma cultura homogeneizante, é retomada pelo autor para se referir às subtrações sofridas e às “sobras” deixadas às populações locais ainda hoje, quando a recente instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Xingu, parece repetir uma velha história já conhecida na região.

Já no terceiro capítulo, dedicado a Alter do Chão, a toponímia dessa sede distrital do Município de Santarém (PA) serve de ponto de partida para uma reflexão sobre a relação entre “nós” e os “outros” na Amazônia. Isso não apenas porque o atual nome português da Vila lhe foi imposto no século dezoito pela

política pombalina para a então colônia amazônica, mas também em face da sua atual reinvenção como o “caribe amazônico” pelos *mass media* e pelos agentes turísticos responsáveis por projetá-la nacional e globalmente.

Assim, o autor sugere que, como “caribe amazônico”, Alter do Chão é muito mais o “chão dos outros”, no qual se projetam referenciais alheios mesmo em tradicionais festas populares como o Çairé, do que propriamente o “nosso chão”, cujas paisagens, lugares e festejos, muitos dos quais permanecendo à margem das programações próprias da vida cotidiana no mundo moderno (LEFEBVRE, 1991a), constituem “uma outra geografia, que precisa ser ensinada aos turistas pela população local” (p. 44).

No quarto capítulo, a relação de pertencimento do autor para com Belém (PA), uma das primeiras cidades que conheceu, ainda na infância, e na qual recriou seu *habitat*, deixa-se ver na maneira como, penetrando na sua fisionomia de metrópole, busca retratar um pouco da sua “alma e jeito de cidade pequena” (p. 46). Por isso, para além do que sugere a forma metropolitana, o autor nos fala daqueles lugares que nessa grande cidade, como se pequena fosse, são tão icônicos e únicos que não precisam de maiores adjetivações para serem reconhecidos pelos seus moradores. É o caso da Feira (a do Ver-o-Peso) e do seu Mercado (o de Peixe); da Praça (a da República), bem como do Bar (o do Parque) e do Teatro (o da Paz) que nela se localizam; do Bosque (o Rodrigues Alves); do Parque (o do Utinga); da Doca (a de Souza Franco); da Estação (a das Docas) e do Comércio (o da Rua João Alfredo e adjacências), entre tantos outros lugares e logradouros, ruas e avenidas, personalidades, eventos e mesmo times de futebol, todos únicos, que nos são apresentados com intimidade pelo autor.

Em seguida, no quinto capítulo do livro, instigado por um ex-aluno a pensar as possíveis atratividades que pudessem fazer da cidade de Bonfim (RR), na fronteira do Brasil com a Guiana, um bom destino para um jovem professor universitário no início de sua vida profissional, Saint-Clair Trindade Júnior se inspira nos ensinamentos sobre cidadania legados pelo geógrafo Milton Santos (SANTOS, 1987) para discorrer, em vez disso, sobre as potencialidades que fazem daquela pequena cidade transfronteiriça um bom começo para a construção de um ordenamento cívico-cidadão do território na Amazônia setentrional.

Contraposto aos modelos econômicos e políticos que perpetuam vastos “espaços sem cidadãos” no território nacional, o modelo cívico de ordenamento territorial, idealizado por Milton Santos como uma possibilidade de articulação entre espaço e cidadania, serve de inspiração para interessantes propostas que nos são apresentadas no capítulo, todas elas tendo as realidades locais como ponto de partida, conforme preconizava aquele importante geógrafo brasileiro. Assim, a

peculiar realidade paisagística, ambiental, geopolítica e geoeconômica da cidade de Bonfim, bem como da vizinha cidade de Lethem, na Guiana, e da área de influência desse conjunto urbano, é tomada pelo autor como base para propostas cidadãs que buscam “torná-la densa de outras possibilidades de conhecimentos, para além daqueles que lá existem, e propensos a trocas que o lugar e sua força podem proporcionar quando em interação horizontal, de igualdade, portanto, com os que vêm de fora e nela se estabelecem” (p. 56).

A cidade de Bragança (PA), localizada no nordeste paraense, é o foco do sexto capítulo do livro. A reforçar a ideia da urbanodiversidade, o autor destaca elementos de diferenciação territorial dessa cidade e de sua região de influência, como a presença e a importância socioeconômica e cultural dos campos naturais e das praias que caracterizam essa porção da Amazônia atlântica; o peculiar padrão de ocupação e ordenamento territorial da Região Bragantina, herdado da colonização agrícola feita ao longo da antiga Estrada de Ferro Belém-Bragança, no início do século vinte; e também a riqueza de suas manifestações culturais, sobretudo a Marujada de São Benedito, cuja força faz de Bragança uma verdadeira hierópolis (ROSENDAHL, 1999), um centro de convergência de peregrinos que vêm de longe “e principalmente de perto” (p. 58), e que, com suas práticas e crenças, reorganizam o espaço-tempo, demarcando mais um elemento de diferenciação dessa cidade na rede urbana da Amazônia.

No sétimo capítulo, o autor expõe as impressões de sua primeira viagem a Fordlândia (PA), cidade criada na década de vinte do século passado, como parte do projeto agroindustrial da *Ford Motor Company* no Tapajós; projeto este que constituiu, em todos os sentidos, uma experiência extemporânea na Amazônia dos anos vinte, pois não apenas antecipou em cerca de quatro décadas a presença direta do grande capital na agricultura, como também antecipou o modelo da cidade-empresa que viria a ganhar espaço na região a partir da instalação dos chamados “grandes projetos”, na segunda metade do século vinte. Se esse caráter extemporâneo colocou limites que, em última instância, levaram à falência do empreendimento, constrangido pela ausência das precondições necessárias ao estabelecimento de relações de produção capitalistas, a “cidade *na* floresta” pensada para lhe dar suporte, e que por isso teve de negar o urbanismo e a urbanidade próprios das cidades tradicionais então predominantes na Amazônia, logrou sobreviver ao fim do empreendimento da Ford e chega aos nossos dias na condição de sede de distrito homônimo no Município de Aveiro.

Não obstante, a Fordlândia contemporânea que o autor nos desvela em sua descrição é menos uma “cidade fantasma”, na verdade viva de pessoas “de carne e osso” e de suas histórias e geografias de vida, do que uma cidade assombrada

por seus próprios e espantosos “fantasmas”, em sentido metafórico, tais como o “intemperismo do tempo, do descaso e da distância” (p. 71), a ameaçar o que resta da materialidade, das ações e das memórias que ainda mantêm viva a cidade que um dia foi de Ford.

Na sequência, lembrando as “cidades invisíveis” de Calvino (1990b), todas com nomes femininos, o oitavo capítulo retrata a cidade de Marabá (PA), no sul/sudeste paraense, mediante o recurso à metáfora de uma mulher que carrega em seu ventre uma cicatriz – o corte quase retilíneo da Rodovia Transamazônica (BR-230) –, marca e vetor das ainda relativamente recentes intervenções cirúrgicas (políticas e planejamento estatais) e da chegada de desconhecidos (as frentes de expansão) que lhe imprimiram as grandes transformações responsáveis pela negação de seus antigos vínculos com a floresta e o rio, hoje apenas residualmente presentes, e pela afirmação de outras conexões, não necessariamente locais e regionais, que lhe alçam a um outro patamar de vida urbana na Amazônia oriental.

É por meio dessa metáfora que o autor trata de suas relações com essa cidade ao longo dos anos, desde a primeira vez em que a visitou e nela pôde reconhecer de imediato a sua peculiar estrutura urbana polinucleada, as formas espaciais e os agentes sociais que caracterizam os seus diferentes núcleos, as suas vias de conexão, inclusive, é claro, aquela que se lhe assemelhou a uma cicatriz; marca esta que, revista na viagem mais recente do autor à cidade, lhe pareceu menos impactante que antes, mais incorporada à sua pele, quase como uma tatuagem, a acompanhar rugas precocemente surgidas e novas próteses decorrentes da história do presente.

No nono capítulo, Saint-Clair Trindade Júnior também nos apresenta a cidade de Marituba (PA), antiga vila que servia de ponto de parada no trajeto da extinta Estrada de Ferro Belém-Bragança e, hoje, sede do terceiro município mais populoso da Região Metropolitana de Belém (RMB). Ao narrar seus laços e vínculos para com a “terra onde abundam os (u)maris” (p. 82), que está situada às margens da BR-316, estrada de rodagem que substituiu aquela ferrovia, o autor nos informa acerca da realidade local que caracteriza esse espaço, tão marcado pelo processo de dispersão das formas e dos conteúdos metropolitanos, pela precariedade que define a sua vida urbana e pelos estigmas que subjazem à sua história.

Entretanto, não obstante o referido processo que envolve e, inclusive, subtrai, cada vez mais, a “alma” desse antigo vilarejo, o autor nos aduz que há outros elementos, materiais ou não, que definem Marituba e reafirmam a abundância de vida que se consubstancia nesse lugar. As formas espaciais herdadas do passado – as “rugosidades”, nos termos de Milton Santos (1986) – que dão sentido à sua história e a festa do Menino Deus (a qual, embora aconteça

na Praça Matriz da cidade, estende-se a todo o território municipal, enfeitando-o com luzes, cores e bons odores no mês de dezembro) são manifestações do que resiste à voracidade dessa dispersão que, depois de arrancar os trilhos da antiga ferrovia, também tenta arrancar os “trilhos da indignação” (p. 85) daqueles que buscam dignidade e contestam, por exemplo, a transformação de parte de seu espaço em aterro sanitário, em forma de lixão, para receber o lixo metropolitano e seus desagradáveis odores.

No capítulo seguinte, por sua vez, é trazida não mais uma leitura sobre a terra dos (u)maris, mas sim da “terra onde provavelmente abundavam os miritis” (p. 89) e cuja toponímia refere-se à lenda de uma índia que, sob a forma de palmeira, “encantou-se” nesse local e passou tanto a alimentar quanto a garantir a sobrevivência de seu povo. Trata-se da pequena Vila de Miritituba, sede de distrito de mesmo nome no Município de Itaituba (PA), situado na sub-região do Tapajós, e que tem sua dinâmica espacial hodierna cada vez mais definida pelas estratégias globais de circulação e de exportação de grãos na Amazônia; processo este que confere a essa porção da região um fluxo intenso que chega via BR-163 (Cuiabá-Santarém), adentra a BR-230 (Transamazônica) e se dirige até a margem do Rio Tapajós, onde se pode observar a presença de grandes firmas e de imponentes objetos espaciais – como as Estações de Transbordo de Cargas (ETCs) – que conectam esse lugar ao centro econômico do País e ao mundo.

Identificada enquanto um “nó” da rede de fluxos que autoriza a exportação de soja na região, o capítulo também nos informa acerca das transformações nos hábitos e valores sociais e culturais do Município em si, bem como dos impactos deletérios que essa modernização do espaço, defendida pelo discurso oficial e empresarial, trouxe ao cenário local de Miritituba: aumento da prostituição, da criminalidade e circulação e consumo de drogas (p. 92). É nesse sentido, portanto, que o autor nos evidencia os rebatimentos e as metamorfoses produzidos pelas estratégias do agronegócio nesse lugar, uma vila que, no final das contas, como bem ilustrado no título do capítulo, fica “a ver navios”, caminhões e barças em função das modernas e pontuais estruturas materializadas na “terra dos miritizeiros” para atender à exportação de grãos.

No capítulo onze do livro, os sistemas de movimento continuam no foco do autor, desta vez, em um núcleo urbano bastante particular da Amazônia, situado na parte mais setentrional do Estado do Amapá, na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa: o Oiapoque. Isto porque, se em Miritituba o movimento descrito está relacionado àquelas atividades modernas e de natureza mais formal, definidas por Santos (1979) como circuito superior da economia, na cidade de Oiapoque são os fluxos econômicos não modernos, concernentes ao circuito

inferior, que adquirem destaque, especialmente aqueles direta ou indiretamente ligados à garimpagem de ouro.

Estes últimos, por sua profusão e intensidade diariamente visíveis na beira do Rio Oiapoque, são responsáveis por dinamizar a produção desse espaço urbano, haja vista a notável quantidade de pessoas envolvidas na atividade garimpeira (GÓES, 2019), mas também por lhe conferir certa centralidade na sub-região da qual faz parte, alçando-o, assim, à condição de cidade intermediária. Aliás, o rio, cujo talvegue historicamente se apresenta como marco oficial para separação entre os dois países fronteiriços, apresenta-se mesmo enquanto meio de integração entre os atores locais de ambas as nações, cujas práticas cotidianas, ligadas à sua sobrevivência e pautadas por uma condição de “transfronteiricidade”, demarcam a fronteira como um lugar “onde tudo parece terminar, mas que alimenta a esperança de que tudo possa (re)começar” (p. 99).

O capítulo doze, na sequência, revela questões interessantes sobre uma cidade ribeirinha e sua cultura, mas principalmente de como essa cultura pode adquirir grandiosidade e repercussão mediante a realização de uma festa/festejo que se lança ao mundo enquanto festival em um espaço situado às margens do Rio Amazonas. Nesse momento, Trindade Júnior busca tratar da cidade-ilha de Parintins (AM), discutir a dimensão que o festival organizado em torno das agremiações Garantido e Caprichoso tem, mas, fundamentalmente, ressaltar a diversidade que lá existe para além do “vermelho” e do “azul”. A princípio, nesse sentido, o autor diferencia o que entende por festa, festividade e festival. Enquanto este se refere muito mais à invenção combinada e montada, à repetição, às estratégias de *marketing* e à espetacularização globalizada – ainda que guarde um quê de tradição, como no caso dos bois –, a ideia de festividade relaciona-se àqueles eventos frequentemente organizados pela Igreja Católica, com protagonismo do povo local em suas manifestações culturais híbridas.

A terceira ideia, por seu turno, está inspirada na proposição de Henri Lefebvre (1991b), para quem a festa seria uma forma de encontro em que o valor de uso adquire certa proeminência em relação ao valor de troca nas cidades. E é justamente nesse sentido que, no núcleo urbano em referência, após escutar outras toadas de boi que não necessariamente aquelas que se faziam comuns por ocasião do festival, Trindade Júnior retrata a existência de outras cores e matizes, outras gentes e outras toadas para além daquelas que são anualmente exibidas no bumbódromo, em forma de festival, pelos bois Garantido e Caprichoso; elementos que, em sua descrição, “conduzem o olhar para o interior da floresta e a audição em direção às águas para escutar as vozes do rio” (p. 108), valorizando o que é singular e, ao mesmo tempo, plural nessa parte da região.

Enfocando o litoral paraense, que é banhado pelo Oceano Atlântico e, por isto, conforma uma particular sub-região do espaço amazônico, a Amazônia atlântica, o capítulo seguinte nos remete à cidade de Salinópolis (PA), tida como um dos principais núcleos urbanos que compõem aquele subespaço e que aqui é apresentada pelo autor à luz do debate da metropolização do espaço (LENCIONI, 2003), isto é, uma nova fase do processo de urbanização que adquire expressão graças a mais ampla difusão de formas espaciais e comportamentos sociais muito peculiares às metrópoles contemporâneas.

É nesse movimento, então, que Salinópolis deixa de ser (somente) uma pequena cidade, a de beleza serena e das pacatas lembranças de infância do autor, para se constituir, nos dias de hoje, em espaço metropolizado, ainda que esteja relativamente distante da Belém metropolitana. Comportamentos, objetos e formas de consumo estandardizados, portanto, atribuem a esse espaço um ar de extensão da vida metropolitana, praticado por aqueles que, em busca de lazer programado, notadamente em feriados e épocas de veraneio, replicam os conteúdos desumanos das grandes cidades, tal como ocorre, por exemplo, na praia do Atalaia, nessa porção da Amazônia atlântica.

No décimo quarto capítulo, não são mais as lembranças sobre Salinópolis e seus pacatos ritmos de outrora – agora sob um processo de metropolização – que o autor busca nos apresentar, mas sim o verde da mata, a lentidão das sociabilidades e alguns elementos mais que caracterizam a Vila de Santana, localizada às margens das águas escuras do Rio Bujaru, também no Estado do Pará. Contudo, mesmo que muitas coisas tenham mudado nas últimas décadas, tal qual a forma de chegada à Vila que, agora, também conta com a presença de uma estrada, ainda é possível identificar algumas formas espaciais que fazem Saint-Clair Trindade Júnior rememorar momentos de sua infância ribeirinha e da floresta, quando morava na confluência daquele rio com o Igarapé Arapiranga: a Foz do Arapiranga.

A bela edificação da Igreja de Nossa Senhora Sant’Ana, por exemplo, desperta uma série de memórias no autor, particularmente quando, em família, pelo rio, dirigia-se até a Vila, indo ou voltando de Belém, e nela aproveitava a festa que acontecia em devoção à Santa que dá nome à referida Igreja, um acontecimento que movimentava o cenário dessa pequena localidade ribeirinha nos meses de julho. A descrição de tudo é feita como uma espécie de convite àqueles que queiram também visitar esse lugar, na expectativa de ainda encontrar, graças aos guardiões locais, mas não sem algumas mudanças, os elementos narrados pelo autor, como o cartório, o porto, o trapiche, o cruzeiro, o cemitério, a festa, a Vila e, claro, a antiga Igreja, que, inclusive, ilustra a bela capa do livro.

As mudanças causadas na paisagem amazônica também se tornam objeto de reflexão no capítulo quinze, que destaca os impactos que a materialização de um sistema portuário graneleiro trouxe a Santarém (PA), considerada, por seus papéis econômicos e políticos junto aos núcleos populacionais menores que a orbitam, uma importante cidade média (PEREIRA, 2004) na sub-região do Baixo Amazonas. Instalado no final da BR-163, às margens do Rio Tapajós, esse “grande objeto” (SANTOS, 1995) modificou não apenas a fisionomia da cidade – com a destruição da Praia de Vera Paz para dar lugar a sua estrutura –, como também está diretamente relacionado às alterações recentes na dinâmica econômica e territorial de todo o Município de Santarém, sobretudo por conta da chegada da soja, cuja exportação se dá por meio dessa grande infraestrutura portuária.

Mas, a despeito de todas as transformações produzidas pelo “agro” no espaço santareno, o autor não deixa de registrar os encantos da “Pérola do Tapajós” que, felizmente, ainda persistem e nos evidenciam as permanências de facetas da cidade ribeirinha. A título de exemplo, pode-se mencionar o belo encontro das águas dos rios Amazonas e Tapajós, a colorida presença dos barcos e canoas na borda fluvial da cidade, assim como a vida ribeirinha do Porto dos Milagres, da Vila Arigó e do Lago do Mapiri; elementos estes que também compõem a paisagem de uma cidade em processo de modernização e, por certo, revelam um “agro” que “*é tech, é pop, mas não é tudo*” (p. 123).

O capítulo dezesseis nos informa sobre os tempos rápidos e os tempos lentos que dinamizam a cidade de Tefé (AM), no Médio Solimões; cidade esta que também se caracteriza pelo papel que desempenha na sub-região onde se insere, essencialmente por dispor e ofertar um conjunto de bens e serviços para os núcleos de seu entorno (BITOUN, 2009) cujo principal espaço de circulação é o rio. Dessa maneira, Tefé desponta como uma cidade média de responsabilidade territorial (SCHOR; OLIVEIRA; MORAES; SANTANA, 2016), onde o tempo do rio se choca com o tempo do capital; aquele primeiro, mais relacionado, por exemplo, à circulação de barcos e mesmo de pescados de escamas do Solimões para consumo local, enquanto este último, muito mais associado à velocidade, encontra representação nas novas formas de comércio e de vida que se expandem na cidade, como os “feirões de automóveis a bordo” que auxiliam a difundir os valores da sociedade urbana (LEFEBVRE, 1999) nessa porção da Amazônia dos grandes rios.

Mesmo com a presença desses “regatões pós-modernos” (p. 132) na paisagem local e sub-regional, os quais em muito diferem das formas mais convencionais de regatões na história da Amazônia e preenchem “vazios” com valores extralocais, a centralidade de Tefé pode ser desvelada mormente a partir

da apreensão dos fluxos de pouco capital que, de vários cantos da região, chegam pelos rios e configuram um denso circuito inferior da economia (SANTOS, 1979) responsável por dinamizar a vida urbana dessa cidade, garantindo a existência e mesmo a permanência do tempo lento. É justamente em torno da descrição desta quantidade de fluxos, e não de sua dimensão física ou tamanho populacional, que o autor nos leva a perceber a importância de Tefé nessa fração do espaço amazônico, alegando-nos a pertinência de pensarmos em políticas de desenvolvimento socioespacial mais alinhadas às singularidades e diferenciações desse lugar e que, em vez daqueles “regatões pós-modernos”, pudéssemos pensar em “regatões de cidadania”, para preencher esses espaços com valores mais cidadãos e de natureza socioterritorial.

O último capítulo de *Vilas e cidades da Amazônia...* nos apresenta uma cidade que, embora evoque dois importantes rios da região (“Xingu” e “Araguaia”) em sua toponímia, tem seu processo de formação territorial e sua dinâmica diretamente relacionados à rodovia e à conflituosa sub-região sul/sudeste do Pará. É nesse contexto, portanto, que Xinguará está situada, mais precisamente no entroncamento da BR-155 e da BR-279. Cidade de nível local, de aproximadamente trinta mil habitantes, suas formas e seus conteúdos socioespaciais, entretanto, traduzem não uma “cidade dos notáveis”, marcada por figuras como a professora primária, o tabelião e/ou o vigário, mas uma “cidade econômica” (SANTOS, 1993) cujo *slogan* é “capital do boi gordo” e onde os principais sujeitos são os agrônomos, os médicos veterinários, os gerentes dos bancos e/ou os profissionais da zootecnia.

Em sua leitura da paisagem local, o autor nos revela a ocorrência de serviços modernos e sofisticados que não são tão comuns a um pequeno núcleo urbano da Amazônia, não fosse a existência de uma dinâmica econômica fortemente relacionada à produção agrária modernizada que se desdobra na região. Por outro lado, o diálogo estabelecido junto a sujeitos com trajetórias migrantes e a presença local do *campus* de uma universidade federal recentemente instalada são elementos interessantes que revelam uma cidade no entroncamento não somente de lógicas econômicas e de rodovias, mas também de pessoas, vidas e esperanças, precipuamente a partir dos conteúdos que trazem consigo e que podem dar sentido a essa forma espacial urbana.

Nos dezessete capítulos que compõem *Vilas e cidades da Amazônia...*, portanto, fica evidente aos leitores um dos objetivos/preocupações centrais de Saint-Clair Trindade Júnior ao longo da obra, qual seja: retratar a urbanodiversidade que caracteriza a Amazônia; tarefa esta tão bem realizada a partir de seu notável esforço de interpretação das formas que revelam a dimensão

material mais imediata da região, mas, principalmente, dos conteúdos e dinâmicas socioespaciais que conferem vida e complexidade a esse espaço multidimensional e tão particular dos territórios brasileiro e sul-americano.

A linguagem literária que atravessa toda a persecução desse objetivo é um dos grandes pontos positivos dessa contribuição, especialmente ao viabilizar para os seus leitores alguns exercícios interessantes, como: a) a inteligibilidade de conceitos, categorias e noções de diferentes autores cujos pensamentos o inspiram a interpretar a região; b) o frutífero diálogo com a obra de intelectuais tidos como clássicos na literatura regional – Arthur Cezar Ferreira Reis, Leandro Tocantins, Samuel Benchimol, Armando Dias Mendes e outros –; e c) a interlocução com trabalhos mais recentes que tratam de problemáticas urbano-regionais amazônicas, como as várias teses de doutorado e dissertações de mestrado que são mobilizadas no livro.

São todos esforços de décadas que, somados às suas memórias e vivências enquanto um amazônida de trajetória igualmente particular (TRINDADE JÚNIOR, 2016), algo, por vezes, transparecido nessa obra, ajudam o autor a refletir e apresentar aos seus leitores uma Amazônia plena de particularidades e singularidades; o que, por isto mesmo, não permite que falemos senão de várias “Amazônias”: a das fronteiras internacionais, a das rodovias e a dos majestosos rios, a das grandes empresas e a dos sujeitos de sociabilidades simples, a dos grandes festivais e a das significativas festas, ou, de todas elas convivendo simultânea e dialeticamente no mesmo espaço, a configurar o mosaico de diferentes espacialidades e temporalidades que caracterizam a região no período atual.

Não menos importante no livro, evidentemente, é a notável preocupação ética do autor em consolidar um dos grandes ensinamentos de Milton Santos acerca da relação território e cidadania: o de propor um ordenamento territorial cidadão (SANTOS, 1987) na Amazônia, traduzido no acesso igualitário a um conjunto de bens e serviços considerados essenciais, bem como em atributos qualitativos (vivências, culturas, valores, vida cotidiana etc.) que definem a qualidade de vida conforme as singularidades e as particularidades regionais. Talvez por isso a epígrafe que “abre” a obra seja um excerto do poema “Perguntas de um trabalhador que lê”, do dramaturgo e poeta alemão Bertolt Brecht (1898-1956), algo que para nós, certamente, pode indicar a inclinação do autor em considerar o papel dos homens e das mulheres que, com base em seus ideais, produzem o espaço regional ao produzirem os seus próprios modos de vida.

Uma vez ressaltados esses aspectos, sugerimos que Saint-Clair Trindade Júnior atinge outro objetivo central em seu livro: o de evidenciar que a Amazônia é, mais do que um bioma, uma região socialmente produzida. Por estas razões, *Vilas e cidades da Amazônia: paisagens, memórias e pertencimentos* já surge como uma obra fundamental àqueles que buscam ampliar seus conhecimentos sobre o espaço amazônico e sua diversidade urbana; uma contribuição interdisciplinar que, sem dúvida alguma, revela a potência, a habilidade, o rigor e, claro, a sensibilidade peculiares ao pensamento de um grande intelectual.

## REFERÊNCIAS

- BITOUN, J. Tipologia das cidades brasileiras e políticas territoriais: pistas para reflexão. In: BITOUN, J.; MIRANDA, L. (org.). **Desenvolvimento e cidades no Brasil**: contribuições para o debate sobre as políticas territoriais. Recife: FASE, 2009. p. 17-44.
- CALVINO, I. **Seis propostas para o próximo milênio**: lições americanas. Tradução Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990a.
- CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. Tradução Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990b.
- GÓES, D. S. **A produção do espaço urbano na cidade de Oiapoque e a sua relação com a garimpagem de ouro na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa**. 2019. 227 f. Tese (Doutorado em Ciências – Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.
- HARVEY, D. **Justice, nature and the geography of difference**. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.
- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.
- LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991a.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991b.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LENCIONI, S. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. *In*: LEMOS, A. I. G.; CARLOS, A. F. A. (org.). **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 35-44.

PEREIRA, J. C. M. **A importância e o significado das cidades médias na Amazônia**: uma abordagem a partir de Santarém (PA). 2004. 127 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

PLATAFORMA LATTES. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior. **Plataforma Lattes – CNPq**, Brasília, DF, 2021. Currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1762041788112837>. Acesso em: 07 jul. 2021.

ROSENDAHL, Z. **Hierópolis**: o sagrado e o urbano. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

SANTOS, B. S. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. *In*: CASTRO, E.; MOURA, E.; MAIA, M. L. (org.). **Industrialização e grandes projetos**: desorganização e reorganização do espaço. Belém: EDUFPA, 1995. p. 13-20.

SCHOR; T.; OLIVEIRA, J. A.; MORAES, A. O.; SANTANA, P. V. Apontamentos metodológicos sobre o estudo de cidades e de rede urbana no Estado do Amazonas, Brasil. **PRACS**, Macapá, v. 9, n. 1, p. 37-54, jan./jun. 2016.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 7, n. 12, p. 227-255, jul./dez. 2010a.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico-informacional no espaço amazônico.

**Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 51, p. 113-137, mar./set. 2010b.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Papers do NAEA**, Belém, n. 321, p. 1-22, dez. 2013.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. “**Sonhos de rio**”: memorial acadêmico e percursos geográficos de uma trajetória intelectual na Amazônia. Belém: NAEA, 2016.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Cidade e floresta: paisagens, interações e horizontes de vida urbana na Amazônia. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 25, n. 1, p. 311-324, jan./dez. 2021.

Texto submetido à Revista em 28.10.2021

Aceito para publicação em 10.06.2022

